

Um Jesuíta do Barroco (1596-1671)

*Luís A. de OLIVEIRA RAMOS **

O estudo do Pe. Simão de Vasconcelos (1596-1671), membro da Companhia de Jesus no Brasil, onde a personalidade de António Vieira empalidece as demais, leva-nos ao trilho de um português de trajectória maior, pela obra histórica e religiosa, pela imaginação, pela estatura política e administrativa, pelo modo como descreveu a geografia e antropologia dos autóctones, pela marca na arte, enfim, por ser personagem emblemática no século XVII.

O que se sabe a respeito deste padre, que nasce no Porto cerca de 1596?

Destaca-se entre os reinóis de seiscentos num período coincidente, não só com a expansão açucareira, mas também com a invasão holandesa e os progressos do reconhecimento territorial do Brasil.

Desde cedo, vive e estuda na Baía, cunhado pela cultura do açúcar e pela intromissão holandesa. Parte para as Terras de Santa Cruz em 1615, com dezanove anos. Em Salvador, capital da colónia, frequenta o Colégio dos jesuítas e aí faz profissão solene, no dia 3 de Maio de 1636. Entretanto, os batavos ocupam a cidade em 1624 para a perderem em 1625, mas estabelecem-se sólidamente durante quase um quarto de século (1630-1653) no Recife pernambucano, onde a sua civilização floresce não obstante a resistência lusitana.

Como membro da Companhia de Jesus, o Pe. Simão de Vasconcelos exercerá inúmeros postos, desde os iniciáticos ao mais relevante no Brasil, explica o Pe. Serafim Leite. Assim, alcança, com brilho, o grau de mestre em Artes, na Baía. Professor de Humanidades e mais tarde lente de prima de Teologia Especulativa e Moral, trabalha, de início, como adjunto e mestre de noviços e perfeito de estudos no colégio local. Em 1641, passa a secretário da Província.

Ora, ainda em quinhentos, começara entre os inacianos o magistério das Humanidades, da Gramática e da Retórica com estudantes internos e externos. Sucedia-lhe um curso superior de Artes, aberto ao mesmo tipo de alunos, e o curso de Teologia, destinado aos internos, onde se ministrava a Teologia Especulativa e Moral, de que Vasconcelos há-de ser lente de prima, no Colégio Real da Baía. O dito estabelecimento “iniciou-se em 1550, teve os seus princí-

* *Faculdade de Letras da Universidade do Porto.*

pios reconhecidos e foi considerado Real em 1565” e bem assim Colégio Máximo da Província do Brasil, por sediar na capital. Com programas próprios da Companhia de Jesus, esse colégio constituiu uma área de ensino, dentro do sentido cosmopolita de “universidade”..., “abriu as suas portas ao mundo laico, mas acentuou-lhe as diferenças sociais...” ao longo dos séculos... O “estatuto de *Ars* – no sentido de uma actividade própria de abstracção da consciência individual, herdada do Renascimento” – próprio das escolas jesuíticas de Teologia e de Filosofia, visava afinal “a formação de Padres e Doutores... principalmente... brancos” (Carvalho, 2000, p. 214). Da qualidade dos professores, do potencial representado pelos antigos alunos, bom exemplo têm-lo nas capacidades e erudição dos sacerdotes apontados pelo Pe. Serafim Leite e arrumados e identificados pelo Pe. Domingos Maurício no estudo – *Balanço Cultural dos Jesuítas no Brasil (1549-1760)*, entre os quais figuram os padres António Vieira e Simão de Vasconcelos.

Quando da Restauração, na embaixada a Lisboa que veio saudar D. João IV em nome do Brasil, o Pe. Simão acompanha o Pe. António Vieira e o fidalgo Mascarenhas (filho do vice-rei) que a liderava enquanto representante daquele Estado.

Procurador dos jesuítas brasileiros na Corte (1642), o Pe. Simão obtém uma licença real em benefício dos interesses da Companhia de Jesus em ordem a aliviar os seus débitos na província sul-americana. (Alden, 1996, p. 531).

Na viagem de regresso ao Brasil, o Pe. Simão passa a confessar o novo governador, António Teles da Silva. A pedido deste, permanece na Baía e, de futuro, vê-se catapultado para cargos e tarefas relevantes.

Há-de ser vice-reitor do Colégio baiano (1643-1645) e faz projectos a discutir e concretizar no porvir. Impõe-se, de 1646 em diante, como reitor do Colégio do Rio de Janeiro. Posteriormente há-de retomar, nos colégios, a vice-reitoria de Salvador (1654) e a reitoria do Rio.

Durante os anos quarenta do século XVII, revela-se bom administrador e solidário com os colégios empobrecidos pela invasão holandesa. O Governador do Rio de Janeiro solicita-o para resolver problemas de natureza política e eclesiástica. Por esta época começa a preparar a *Vida do Pe. João de Almeida*, missi-onário no Brasil, estampada em 1658.

Provincial entre 1655 e 1658, deixa cunho impercível na difusão da arquitectura jesuítica de feição maneirista ao implementar, com entusiasmo e perseverança, a construção da actual Sé Catedral do Salvador, enquanto igreja do Colégio da Baía.

Procurador Geral do Brasil a Roma, por eleição, em Outubro de 1660 segue para Lisboa (1661) e alcança Roma em 1662. Não obstante certos padres da Província do Brasil desejarem que fosse nomeado Visitador da mesma, tal não acontece. O Geral opta pelo Pe. Magistris com quem Simão de Vasconcelos se envolverá em complexos diferendos.

No retorno, viaja através do Atlântico com o vice-rei, Conde de Óbidos e ouve-o no confesso.

Novamente no Brasil (1663), por ter participado na “Jacintada”, ou seja no movimento que levou à temporária suspensão do Pe. Jacinto de Magistris das funções de Visitador da província, vê-se castigado e depois perdoado, a exemplo de outros inacianos da sua facção.

A respeito dos seus choques com o Visitador são importantes as *Razões* do Pe. Simão de Vasconcelos propostas ao Pe. Magistris (1662); as cartas ao Geral sobre *O Paraíso na América* com os pareceres favoráveis de doutores de Coimbra, Évora e Lisboa (1663); a epístola ao Provincial sobre o Pe. Belchior Pires a defender-se, elencando as obras que realizou com transcrição de diversas cartas (1663), bem como a *declaração* sobre *O Paraíso na América* (1663), na qual desmascara uma inverdade do referido Visitador (1663).

Nos últimos anos da existência, se colide com o Visitador, nem por isso esmorece na concepção da obra histórico-biográfica sobre os jesuítas no Brasil, iniciada na década de quarenta, que dá à estampa em cuidadas edições, realizadas em Lisboa.

Morre no Rio, reitorando o Colégio, a 29 de Setembro de 1671.

Trata-se de uma figura a muitos títulos polémica, já pelo perfil, pontos de vista, obras e divergências a que anda ligado e nomeadamente porque o Pe. António Vieira desvalorizou a sua obra maior, *Crónica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*.

Fundamental, para conhecer o seu percurso bio-bibliográfico, revelam-se as pesquisas do Pe. Serafim Leite S.J., na *História da Companhia de Jesus no Brasil* (10 vol.) e ainda uma significativa comunicação pronunciada na Academia Brasileira de Letras, onde lhe atribui a paternidade do ufanismo brasileiro.

Como disse, sobre a valia cultural de Simão de Vasconcelos pesam dúvidas desde a ocasião em que, falaciosamente, o Pe. António Vieira e outros inacianos denegriram o estilo da *Crónica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*, também censurada na parte referente ao *Paraíso na América*, inclusivé pelo Visitador Jacinto de Magistris e por padres ligados a Vieira.

E digo falaciosamente visto que o ponderado Serafim Leite explica que, a despeito de falhas próprias do tempo, Vasconcelos supera Vieira na maneira de escrever história, mas não enquanto pregador, outrossim afirmando que, lidas com critério e cuidado, as suas obras mostram-se úteis. Tal atitude fica provada já nos volumes históricos redigidos por Francisco Rodrigues S.J., já, com maior clareza, na extensa produção de Serafim Leite S.J. Quanto aos defeitos epocais, este jesuíta escreverá, em 1993, que n^o “as biografias escritas no século XVII sobre Nóbrega, Anchieta e João de Almeida, ...Simão de Vasconcelos, com notícias correctas, mistura outras, quer de factos, quer de atribuições, sem suficiente base histórica em documentos coevos” (Leite, 1993, p. 225).

Ao tratar da dita *Crónica*, o historiador novecentista Domingos Maurício S.J. escreve: “Apesar do carácter panegirista de que se reveste..., pelo primor da edição e pormenores informativos [*A Crónica*] é, para Inocêncio uma das melhores obras daquele século”. E acrescenta: “primorosas são, também, as

suas cartas e pareceres”, ácerca dos quais não formula reservas nem directas, nem indirectas (Maurício, 1976, p. 757/758).

Anteriormente, no seu *Balanço Cultural dos Jesuítas no Brasil (1549-1760)*, datado de 1955, relewa o papel “excepcional e insubstituível” da historiografia inaciana para a reconstituição dos três séculos iniciais da terra brasileira. Sobre o autor que nos ocupa, pondera: “Simão de Vasconcelos, com a sua *Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil* (Lisboa, 1663), que mereceu ao Dr. Francisco Brandão [cronista-mor do Reino] caloroso elogio [em 1662], dá-nos um relato cheio de colorido e denso de pormenores do primeiro século de actividade inaciana no Novo Mundo. Embora as *Notícias antecedentes e curiosas*, que a precedem, sobre o «Paraíso na América», a desmereçam cientificamente, encerram o gérmen daquela ufanía brasileira, em que já palpita o primeiro sobressalto de enraizamento autónomo lusíada, além-Atlântico” (Maurício, 1955, p. 48).

Do Pe. Simão fala, em páginas assaz restritivas e documentadas, o Prof. Holanda. Por seu turno, Jaime Cortesão critica, em vários textos, as omissões de informação de Vasconcelos, também senhor de um estilo gongórico que lhe desagrada. Porém, relewa o seu constante recurso e referência (em dezassete ocasiões) às informações cartográficas e de toda a sorte fornecidas pelos índios (Cortesão, II, 1964, p. 277). Outrossim admite que o Pe. Simão exclui dados colhidos pelos bandeirantes maiores, nomeadamente por Raposo Tavares, não sem reconhecer que ao “Provincial da Província do Brasil não faltou a competência e a lucidez inerentes ao génio da Companhia para traçar planos políticos”, reportando-se nomeadamente “ao conceito e ao plano implícito na Ilha – Brasil”, pois “ninguém melhor... o definiu e propôs” (Cortesão, I, 1964, p. 240).

Em artigo do seu *Dicionário da Colonização Portuguesa no Brasil* (1994), Maria Beatriz Nizza da Silva observa que, embora a obra de Vasconcelos “seja consultada sobretudo por quem se interessa pela história da Companhia, a sua *Crónica* contém observações acerca dos índios e da terra brasileira que podem ser utilizadas com proveito pelos historiadores actuais, se forem deixadas de lado as teorias sobre a origem das nações indígenas e os juízos de valor sobre os seus costumes” (Silva, 1994, p. 818/819).

À sua conta, em escrito do ano 2000, publicado na *Revista USP* (Universidade de S. Paulo), Joaquim Romero de Magalhães formula um juízo positivo sobre o livro, dados o teor e a divulgação que tiveram as informações ácerca dos homens e das paisagens brasileiras (Magalhães, 2000, p. 33).

Quer dizer, uma plêiada de historiadores e literatos de alta valia, tanto brasileiros como portugueses chamam a atenção para os livros de Simão de Vasconcelos, para tópicos neles apontados, para os seus informes e limitações, para a sua preponderância entre os jesuítas brasileiros e na divulgação dos feitos da Companhia, para a sua capacidade de realizar e administrar, para a sua visão global do Brasil a fazer, em pleno século XVII, uma terra, em sua opinião, edénica.

Nos nossos dias, a professora de Cultura e Literatura, Zulmira Coelho vinca, em estudo inédito, “a enorme beleza literária” da *Crónica* a par da sua relevância cultural a muitos títulos próprios do tempo e da Companhia.

Segundo o Pe. Serafim Leite, Vasconcelos revela-se “amigo da ostentação, visava ao grande e gastava à larga com as obras do culto e dos pobres. E, quanto mais gastava, diz a *Ánuia* que o conta, mais Deus lhe dava” (Leite, IX, p. 174).

A existência de Simão de Vasconcelos que no rosto da sua *Crónica* maior se diz: “*Natural da Cidade do Porto, lente que foi da sagrada Teologia e Provincial no dito Estado*” [do Brasil], além de polémica, obriga a reflectir sobre diversas questões importantes em vários quadrantes. Na verdade, deixou recordação por testemunhar a qualidade dos estudos jesuíticos no Brasil, por ter harmonizado os carmelitas do Rio, por ter dado parecer sobre o interdito paulista, outrossim pacificando a disputa entre as famílias dos Garcias e dos Camargos como Visitador do Colégio de São Paulo. Nas controvérsias a respeito do engenho de Sergipe do Conde assumiu papel de relevo.

A par do seu gabarito mental, a possibilidade de directamente recolher elementos de autóctones, assim como a sua arte de seduzir desde o púlpito, de cumprir as suas obrigações de administração religiosa, de relevar e potenciar o trabalho dos jesuítas no Brasil, explicam, sem dúvida, as observações subsequentes, onde brilha uma posição clara a respeito da maneira de lidar os índios, ressaltada a sua independência.

Como é sabido, e explica a sua referência às fontes indígenas, dedicou-se ao estudo da língua brasílica, o que muito o valoriza na cronística, e figurou entre os pregadores do tempo, sem tocar a incontestada primazia de Vieira. (Leite, VII, p. 28)

Como administrador, exemplos das capacidades de Simão de Vasconcelos surgem quando reitor o Colégio do Rio de Janeiro, onde havia cerca de 80 padres e irmãos, dos quais 21 eram estudantes de Filosofia. No ensejo, o reitor cuidou da remessa dos açucars da casa para o Reino a fim de solver encargos e manter as necessidades do colégio. Demais, solidário com os colégios da Baía e de Pernambuco, afectados pela presença holandesa, facultou-lhes meios para pagar dívidas e novas obrigações. (Leite, VII, p. 27)

A respeito dos selvícolas, dos aldeamentos e do papel dos jesuítas que os missionam, quais as reflexões, as atitudes básicas e os debates travados pelo Pe. Simão?

O jesuíta do Porto comunga do afã proselitico dos padres. Daí o seu incentivo às missões em Jacobina e no Rio das Contas, no sertão da Baía. Todavia, assume uma posição própria, não apenas sua, mas também de outros inacianos, no concernente às propriedades territoriais da Companhia e à catequese dos selvícolas. Entendia que as terras deviam ser vendidas e “os índios que se descessem e fossem entregues logo ao governador e ao bispo”. Trata-se de um ponto de vista diferente do que se adoptava localmente, pois no dizer do experiente jesuíta, Pe. Baltazar Pires, a seguir-se tal política “não haveria índio do sertão que quisesse descer para a costa do mar” (Leite, VI, pag. 97). Em contrapartida, outro inaciano de gabarito alicerça a opinião de Vasconcelos, notando, a propósito das Aldeias de administração real, “que havendo respeito às ignomínias e vitupérios que em razão delas todos padecemos, assim dos Brancos por respeito dos Índios, como dos mesmos Índios pela má doutrina e

indução dos Brancos contra nós,... nos tire V^a. R^a. destas aldeias e Residências, pois nossa assistência nelas já hoje não serve mais que de afronta e descrédito da Companhia sem fruto nenhum no serviço de Deus...” De facto, em certa aldeia, por “influição houve quase revolta”. Demais, os índios saem das aldeias visto que fazem longe as suas roças, dão-se a práticas condenáveis e são apoiados pelos brancos quando repreendidos pelos padres, brancos possuídos “de entranhável ódio” aos inacianos por causa dos autóctones. Em síntese, diz Serafim Leite, visto os aborígenes serem “a causa única dos atropelos, expulsões e desorganizações das casas e residências, formou-se entre os padres do Rio uma corrente favorável ao abandono das aldeias”, pois “nem todos os padres se sentiam com o heroísmo bastante para continuar e padecer o exercício de uma função pública que tantos desgostos lhes dava...”. A prazo, ao contrário do que Cortesão atribui a Vasconcelos, não prevalece esta orientação. A Coroa, como se sabe, depois de hesitar, acaba, diz também Serafim Leite, por “manter as aldeias necessárias à vida pública e à segurança do Estado nas mãos dos jesuítas”, (Leite, VI, p. 96/99).

Ponto alto da atitude da Companhia de Jesus no Brasil diz respeito à defesa da liberdade dos índios, cujo advogado maior, no século XVII, é António Vieira, nessa doutrina comungando Simão de Vasconcelos. A tal respeito, lembra que ela “*persevera e perseverará em quanto durar entre os Portugueses a immoderada cobiça de cativar os Índios, e nos Padres da Companhia o zelo da sua liberdade*”, no âmbito da autoridade lusíada.

Tão humana e tão epocal, no seu caminhar ao longo de mais de cinco décadas, à trajectória vital do Pe. Simão não falta sequer a insubordinação por atenção aos brasileiros. Nos anos de Provincial, ele e outros prelados maiores ignoraram o diminuto contingente de mestiços permitido nos noviciados (dez). Vieira recebeu 26 noviços brasileiros; o seu sucessor, José da Costa, admite 18 (Alden, 1996, p. 260). Daí a censura do incompetente Visitador Jacinto de Magistris que Vasconcelos e vários inacianos, tempos depois, vão destituir, por estas e outras razões (inclusivé ligadas ao engenho de Sergipe do Conde), contrariando os estatutos da Companhia. Essa destituição é anulada em Roma, penalizados e dados como incapazes para o exercício de funções directivas os respectivos promotores, no número dos quais está Vasconcelos. Mas o Pe. Simão e colegas hão-de ser amnistiados e de novo chamados ao exercício de responsabilidades de mando. Desde a chamada “Jacintada”, acentua-se o confronto entre Magistris e Vasconcelos que há-de culminar no cerceamento da sua *Crónica* com o apoio do Visitador.

No atinente à sua capacidade de manobra junto de D. João IV, das autoridades civis e eclesiásticas e dos grandes senhores de engenho brasileiros, Simão de Vasconcelos revela dotes só ultrapassados, nos melhores tempos, por aquela de que Vieira fruiu na Corte, em Roma e no Novo Mundo – aspecto que Jaime Cortesão proclama. Como tivemos ocasião de vincar, de 1642 data a licença real para apoiar com incentivos fiscais os padres do Brasil em guerra. Demais, um governador e um vice-rei escolheram-no para seu confessor. Antes, o marquês de Montalvão integra-o na missão que em nome do Brasil foi a Lisboa

apoiar D. João IV. Além disso, interveio ou deu parecer e conselho em casos famosos, atrás nomeados. Como no século XVII se acentuou, Vasconcelos logrou drenar para os pobres não só a parte devida de heranças recebidas (caso do engenho de Sergipe do Conde), mas também o dinheiro abundante dos grandes senhores do açúcar para indispensáveis obras da Companhia.

Graças, na verdade, ao mecenato assim organizado, foi-lhe possível dotar a cidade de Salvador da Baía com uma das grandes igrejas maneiristas da Companhia de Jesus, cuja conclusão, no essencial, aconteceu no ano posterior ao do seu passamento, após 15 anos de obras. Por expressa vontade dos doadores, toda a cantaria veio já preparada do Reino. Entre tais doadores, distingue-se o baiano capitão Francisco Gil de Araújo, um dos donos de engenho e o mecenas maior quer da catedral, quer da produção literária do Pe. Simão. Em alguns trabalhos que a ornamentam, no aviso do Provincial Alexandre de Gusmão, essa “igreja grande e formosa”, segundo o viajante François Froger “uma das mais magníficas do mundo”, o Pe. Vasconcelos, ufano da cidadania portuense, beneficiou do apoio de artistas de Entre Douro e Minho, de Lisboa (Carvalho, 2000, p. 208/209), facto que também se verificou em diversos institutos religiosos estranhos à Companhia de Jesus.

Em estudo recente, diz-se sobre a catedral que Simão de Vasconcelos começou a erguer e outros concluíram no decurso dos tempos:

“O projecto da igreja [expressão do maneirismo tardio], apresenta-a centralizada na fachada do colégio, entre o pátio da comunidade e o dos estudantes, e voltada para a principal praça da cidade – o Terreiro de Jesus. Uma localização regida por princípios de teatralidade do Barroco, como a igreja de Santo Inácio, em Roma...” – aspectos em que a intervenção de Vasconcelos é clara. Terminada em 1672, foi sucessivamente valorizada até à partida dos jesuítas do Brasil, exprimindo, à partida, claras e sobrepostas influências das igrejas de São Roque e a das Onze Mil Virgens (1598-1698), do Colégio de Coimbra.

“Considerada de proporções monumentais”, apresenta uma “planta retangular”, peculiar das igrejas salão de nave assaz vasta, “com cerca de 60 palmos de vão”. Se bem que menor do que São Roque, o templo baiano “desdobra-se em dois pisos”, um engastado por “capelas laterais intercomunicantes”, o outro, “por galerias com tribunas”, através das quais se chega ao coro. (Carvalho, 2000, p. 208/210)

No conjunto histórico-hagiográfico, redigido por Vasconcelos, sucedem-se, por ordem diversa da da publicação, as vidas exemplares dos Pes Manuel da Nóbrega, Anchieta e Carvalho, discípulo do anterior. O autor cinge-se à maneira de escrever sobre o passado mais em voga, desenvolvendo o argumento num espaço que para ele é, nada mais nada menos, o Paraíso na terra, abusa da citação de autores e testemunhos, inclusivé recorre aos aborígenes para fundamentar o que diz, emenda datas às vezes (de Mariz, Paternino a Baltazar Teles), expressa os pontos de vista e a ideologia das chefias da Companhia de Jesus no Brasil, insiste na qualidade excepcional das pessoas que a integram e das acções que a distinguem, em textos onde não escasseia a

repetição e o impossível pelo próprio “testemunhado”. Esse conjunto, na aparência diverso mas deveras interligado, compõe-se:

1 – de dois textos sobre *A Vida do Padre João de Almeida* (1658-1662);¹

2 – da *Vida do Padre José de Anchieta* (1672);²

3 – da *Crónica* (1663)³, obra principal sobre Nóbrega, introduzida pelas *Notícias*, marchetado por “enorme grupo de biografias devotas proposto por Simão de Vasconcellos”, ao longo do seu texto “atitude que não deixa de ser sequencial relativamente ao *Breve Catalogo dos Varões insignes da Companhia de Jesus que floresceram em virtude na provincia do Brasil*, integrado na citada *Vida do Padre João de Almeida* e às particulares intenções expressas nesta mesma *Vida*, face à próxima publicação da *Chronica...*”, nota Zulmira Coelho.

Como resulta da respectiva dedicatória, a *Crónica* assume um carácter profético no tocante à realeza de D. Afonso VI cuja legitimidade e papel justifica por ser “*parte essencial da décima sexta geração do primeiro Rei D. Affonso Henriques*”, tocando-lhe assim cumprir os “*Oraculos de suas [dos portugueses] esperanças, e hão-de aparecer em o mundo as felicidades do tempo dourado*” (Vasconcelos, “Dedicatória” da *Crónica*).

Tais observações levam o Prof. Veríssimo Serrão (Serrão, II, Lisboa 1973) a dizer Vasconcelos, amigo de Vieira, quando independentemente do que os aproxima no amor à profecia e trajectórias passadas, acabam então por se transformar em inimigos pessoais, senhores de perspectivas antagónicas. Vieira, repetimos, apoucava a arte literária da *Crónica* e privilegia o Quinto Império sediado em Lisboa, Simão encomia esse o Paraíso na terra brasileira.

Sua obra maior, a *Crónica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil* (1663), abre com as *Notícias das Cousas Curiosas e Necessárias do Brasil* que consti-

¹ *Vida do P. Joam d'Almeida da Companhia de Jesu, na Provincia do Brazil, composta pello Padre Simam de Vasconcellos da mesma Companhia, Provincial na dita Provincia do Brazil. Dedicada ao Senhor Salvador Correa de Sã, & Benavides dos Conselhos de Guerra & Ultramarino de Sua Magestade*. Em Lisboa. Com todas as licenças necessarias. Na Officina Craesbeeckiana, Anno 1658.

- *Continuação das maravilhas que Deus é servido obrar no Estado do Brasil, por intercessão do mui religioso e penitente servo seu, o veneravel P. João de Almeida, da Companhia de Jesus*. Lisboa, Offic. de Domingos Carneiro 1662.

² *Vida do Veneravel Padre Joseph de Anchieta da Companhia de Jesu, Taumaturgo do Novo Mundo, na Provincia do Brasil. Compostta pello P. Simam de Vasconcellos, da mesma Companhia, Lente de Prima na sagrada Theologia, & Provincial que foi na mesma Provincia, natural da Cidade do Porto. Dedicada ao Coronel Francisco Gil d' Araujo*. Em Lisboa. Na Officina de Joam da Costa. M.DC.LXXII.

³ *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil: E do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo. Tomo primeiro da entrada da Companhia de Jesu nas partes do Brasil & dos fundamentos que nellas lançarão, & continuarão seus Religiosos em quanto alli trabalhou o Padre Manoel da Nobrega Fundador, & primeiro Provincial desta Provincia, com sua vida, & morte digna de memoria: e algumas noticias antecedentes curiosas, & necessarias das cousas daquele Estado, pello Padre Simão de Vasconcellos da mesma Companhia. Natural da Cidade do Porto, Lente que foi da sagrada Theologia, & Provincial no dito Estado*. Lisboa. Na Officina de Henrique Valente de Oliveira Impressor delRey N.S. Anno M.DC.LXIII.

- *Noticias curiosas e necessarias das cousas do Brasil. Pello P. Simam de Vasconcellos da Companhia de Jesus, natural da Cidade do Porto Lente que foi da Sagrada Theologia e Provincial naquelle Estado*. Em Lisboa. Na officina de Joam da Costa. Anno 1668 [são as mesmas da *Crónica*]

tuem o primeiro e segundo livro desse texto e foram dadas à estampa autónomamente, em 1668. O seu texto foi censurado aquando da primeira edição, já depois de impressa a dita *Crónica*. Por determinação jesuítica superior, instigada por Magistris e outros, condensa o autor num parágrafo (105) o final das *Notícias*, que constava de sete, todos eles tendentes a dar resposta à questão se seria na América o Paraíso. Esses parágrafos estão num arquivo romano, já foram dados a conhecer ao público estudioso no Brasil e constam, na sua exacta versão, da mais recente edição portuguesa das *Notícias*, da responsabilidade do autor deste texto.

Posto o “conhecido jesuíta”, segundo Alden, misture o averiguado com o escutado, o verosímil com o efabulado, as *Notícias*, como a *Crónica* em geral, desvendam aspectos fundamentais do seiscentismo, o relevante papel histórico da Companhia de Jesus, as incomparáveis virtualidades da terra brasileira, para o Pe. Simão um paraíso visionado com as limitações científicas próprias da época e alheio às contradições na escrita resultantes do contraste entre a perspectiva edénica e as dificuldades que marchetam as relações entre brancos e índios, numa sociedade em construção. A não ser que a superação dos aspectos negativos constitua uma forma de redimir cristãmente as imperfeições desse mesmo Paraíso.

Quanto a “insistências e persistências” (Zulmira Coelho), dois aspectos ressaltam da *Crónica*. Um deles concerne ao *Flos Sanctorum* que as biografias devotas formam. O outro explica a existência brasílica dos jesuítas na missão, no conhecimento dos costumes indígenas, na constituição de aldeias e colégios, na atenção ao difícil relacionamento entre lusitanos e selvícolas, cuja liberdade importava defender, a despeito de ser “... gente bravia e arreigada em seus costumes bárbaros, principalmente no de comer carne humana, ter muitas mulheres, ódios, guerras, feitiçarias e excesso de vinhos”, quer “porque os portugueses, que ali já estavam e começavam a povoar lugares, viviam a modo de gentios”; quer porque “os gentios com o exemplo destes iam fazendo menos conceito da lei dos cristãos”. Deste modo, “da conversão dos portugueses dependia em muita parte a dos índios” e, nas palavras de Simão de Vasconcelos, dependia também, em larga medida, a paz, sobretudo quando as condições algo idílicas da chegada se tinham inexoravelmente vindo a transformar (Zulmira Coelho), e que, dizemos nós, afinal os padres queriam refazer graças à missão.

Ainda segundo Zulmira Coelho, em matéria hagiográfica, as “fontes apontadas por Simão de Vasconcelos – quer os textos quer os testemunhos – revelam-se particularmente significativos, sobretudo porque se inserem cronologicamente nos anos que assistiam ao desenvolvimento de um amplo debate sobre a discussão da natureza das fontes na literatura hagiográfica [e outra]. Daí, a importância das impressões dos contemporâneos, num momento em que o paradigma de santidade de inspiração jesuíta privilegiava um “santo” activo, heróico, constante e tenaz, ligado ao lugar onde vive e às tarefas que empreende”. Vasconcelos, como os censores da *Crónica* Padres Sá e Carvalhais vinham, invoca a par e passo textos de inspiração utilizados, a saber “Pedro Mariz, Nicolau Orlandino, Baltasar Teles e a *Crónica da Companhia de Jesus em*

Portugal..., o Padre Estevão da Paternina, Pedro Ribadeneira, Frei Luís de Sousa na *Vida do Arcebispo Frei Bartolomeu dos Mártires*, Luís de la Puente, António Bloisio, Frei Pedro Calvo, Padre Maffeo, Francisco Sacchino, António de Vasconcelos, Diego Yepes, ele próprio na *Vida do Padre João de Almeida e Apontamentos do Padre José de Anchieta* cuja importância claramente sublinha” (Coelho, s/d). Por exemplo, no aviso de António de Sá “tudo o que [Simão] escreve ou são experiências repetidas, ou tradições constantes, ou escrituras abonadas”. Será assim? Em vários aspectos, como se documentará, não é assim, mas no tempo pensava-se à maneira de António de Sá e de Simão de Vasconcelos.

Numa palavra, a *Crónica* configura a vida de Nóbrega no Brasil – Paraíso, equipara-o, na América do Sul, a Francisco Xavier na Ásia e insere-se por um lado num conjunto histórico-hagiográfico, por outro num programa e num ambiente, encomiando, propagandeando a actividade dos jesuítas no Brasil, nomeadamente em prol da liberdade dos autóctones, na educação e na catequese (Coelho, s/d).

Na mesma *Crónica*, os dois primeiros livros, intitulados “*Noticias das Cousas do Brasil*, funcionam... como um extenso prólogo, para o qual o autor frequentemente remete”, dado formular o contexto da acção dos inicianos e o contexto é o Brasil edénico, paradisíaco, tão peculiar e autónomo que autónomamente foi publicado (1666). Constituem objectivos das *Notícias* preludear a escrita da “*heróica missão, que emprenderam os filhos da Companhia*”, descrevendo a terra onde essa missão aconteceu no novo mundo, dando a conhecer a região, a sua descoberta, “*suas qualidades, seus climas, suas gentes, seus costumes. E suposto que andem já... em outros escritos, é acaso, ou por curiosidade: aqui vem por obrigação da História...*”. Vasconcelos sabe que outros o precederam na divulgação de algumas destas “*mesmas notícias*” (Vasconcelos, 1865, p. XXV/XXVI), todavia sem o desenvolvimento pelo jesuíta perfilhado.

Em relação à bondade do mundo brasileiro, além de impugnar as calúnias de autores antigos sobre a zona tórrida, para eles inabitável, arrola “*as qualidades da terra, o temperamento do clima, a frescura dos arvoredos, a variedade de plantas, e abundância de frutos, as ervas medicinais, a diversidade de viventes, assim nas águas, como na terra, e aves tão peregrinas, e mais prodígios da natureza, com que o autor dela enriqueceu este novo mundo*” (Vasconcelos, p. CXLVI).

Importante, no âmbito das mesmas *Notícias*, afigura-se, como sinal do tempo, a longa digressão tendente a provar “*se é certo que veio a estas partes S. Tomé ou outro apóstolo de Cristo*” (Vasconcelos, XCII), onde se referem, por exemplo, as pegadas deixadas pelo mesmo S. Tomé.

Como Jaime Cortesão sublinha, os primitivos colonos das costas do Brasil a breve trecho perceberam a importância da “cultura dos seus primitivos habitantes. Sabemos hoje que os aborígenes haviam traçado as suas trilhas – *apés* – ao longo de vastas áreas; e se aproveitavam igualmente dos sistemas fluviais, como de uma rede de caminhos”. Portanto “muitos... jesuítas, dentro os quais é justo assinalar Montoya, Simão de Vasconcelos e Lozane, repetidamente se referem ao chamado caminho de S. Tomé e às pegadas do Apóstolo das Índias

que, segundo eles, se encontravam gravadas na pedra em vários pontos do continente. Recordemos a propósito que, segundo Adler... , os sinais geográficos de pegadas, nos mapas primitivos, indicavam a “direcção do movimento”. (Cortesão, I, 1964, p. 13/14)

A propósito da interrogação da Suma do livro II das *Notícias*, sobre se o Paraíso se situa ou não na América, refira-se que esta volve-se em certeza insinuada no texto conhecido e mais notória no texto censurado.

Tem, por isso, razão Domingos Maurício quando escreveu sobre o Pe. Simão de Vasconcelos, a propósito do parágrafo final das *Notícias*, e Serafim Leite, a propósito dos parágrafos censurados.

Diz o Pe. Domingos Maurício: “Em plena euforia do barroquismo literário e político brasileiro, pode dizer-se [Simão de Vasconcelos] o criador do «ufanismo» brasileiro com a teoria do *Paraíso na América* e dentro da América do Brasil” (Maurício, 1976, p. 757/758).

A questão do Paraíso, nomeadamente do *Paraíso na América*, para além das fontes citadas pelo Pe. Simão, perpassa em textos ligados ao milenarismo, estudados por Jean Delumeau, reaparece em santos teólogos, emerge nos filósofos e comentaristas da época moderna e atinge o período das “luzes”. Peculiarmente, viajantes franceses por ocasião das primeiras visitas a terras que formarão o Brasil acentuam o carácter edénico dos lugares visitados, aspecto que Montaigne conheceu e que mais ninguém divulgou a propósito dos canibais no final do século XVII. Sobressai também a ideia de paraíso, a propósito de terras sul americanas da Coroa espanhola, e um célebre mestiço, símbolo de um movimento próprio da sua raça, assinala-o na Espanha colonial, aliás, como diversos autores sacros e profanos o farão a seu modo.

Quanto à doutrina publicada por Vasconcelos, caracterizou-a bem o Prof. Buarque. Para o inaciano “sagrado horto” estava no “coração do Brasil e de preferência na Amazônia”. Di-lo alicerçado em variados teólogos e nomeadamente em S. Tomás de Aquino, teólogos que “teriam colocado o paraíso debaixo da linha equinocial, cuidando que era a parte do mundo mais temperada, mais deleitável e mais amena para a perfeita habitação dos homens. Sucede ainda que entre as regiões equatoriais, nenhuma, segundo o cronista da Companhia, tinha em si as bondades que mostra o Brasil”. Além disso, “como lhe parecesse indiscutível, de acordo com a melhor filosofia, que da excelência das propriedades se colhe a do ser”, Vasconcelos desenvolve, “quatro propriedades que necessariamente lhe parecem dar bom ser a uma terra” e constituem as excelências da América portuguesa, a saber:

- “há-de vestir de verde, com erva, pasto e arvoredos de vários géneros”;
- “gozará de bom clima, boas influências do céu, do sol, da lua, das estrelas”;
- revelar-se-ão “abundantes as suas águas em peixe, e seus ares em aves”;
- produzirá “todos os géneros de animais e bestas da terra”. Ora, de todas elas acreditava o jesuíta português achar-se o Brasil dotado em grau eminentemente. (Holanda, 1992, p. 142/143)

Quanto aos parágrafos originalmente redigidos e impressos sobre *O Paraíso na América*, de que há cópia manuscrita em Roma, leu-os e interpretou-os, em sentido ufanista, Serafim Leite, repito. Mas quem deu a conhecer, pela primeira vez, o seu texto integral, foi o citado historiador brasileiro Prof. Sérgio Buarque de Holanda, a quem o Pe. Leite, seu amigo, indicara a cota do manuscrito. (Holanda, 1992, p. 363/365) Publicou-o em apêndice, na 3ª edição do livro *A Visão do Paraíso*. “Os Motivos Edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil”, pois só então pode ler *O Paraíso na América* e descobrir a sua importância.

Todavia, além de condensar a versão pública do *Paraíso na América*, o Prof. Holanda dá-nos curiosíssimas amostras da obra e visões fantásticas do Pe. Simão. Na mente do jesuíta a “imaginação piedosa irá complicar-se através da fascinação mirífica dos segredos “e curiosidades” da terra. (Holanda, 1992, p. 135 e 218)

Por outro lado, o mesmo professor afirma e prova que o jesuíta português, na *Crónica*, rediz, “às vezes com palavras idênticas o que já antes dele tinham afirmado cronistas ilustres, em particular o Padre Cristobal de Acuña (Holanda, p. 136/137). Numa palavra, acusa-o de plágio, quando redizer um autor citado, e Acuña (ou Cristóvão da Cunha) vem apontado como redactor de “um tratado inteiro” sobre o Amazonas (Vasconcelos, Lisboa 1865, p. XLII), era prática corrente nesse século (Cidade, Lisboa 1949), como era, e Buarque reconhece, “confiar religiosamente no poder da palavra escrita” (Holanda, 2000, p. 138)

Uma coisa é certa, se no conjunto da *Crónica*, o Pe. Vasconcelos guarda o teor panegírista e propagandístico, o teor ufanista prepondera no *Paraíso na América* e vivos são os casos de espantar, supostamente testemunhados pelo inaciano no conjunto histórico-hagiográfico por ele concebido.

Por outro lado, urge reconhecer que o Pe. Simão, desde a versão original da *Crónica*, como nas *Notícias* que a introduzem, proclama, sob a forma de interrogação positiva, que a actividade dos jesuítas decorre em amplo Continente, como a missão de São Francisco Xavier na Ásia e, mais concretamente, no Paraíso brasilico, a reconstruir desde a relevante acção do Pe. Manuel da Nóbrega e seus discípulos junto de brancos ávidos e de índios em estádio civilizacional pré-histórico.

Antes de concluir, refiram-se algumas críticas que, a par do elogio, marchetam diversas referências do “grande Jaime Cortesão” (Pierre Chaunu) ao Pe. Simão de Vasconcelos.

Assim, Cortesão afirma que, se dermos crédito a Vasconcelos, “todas as notícias que os Portugueses tiveram sobre a hidrografia do interior do continente, nas suas relações com a existência de minas e metais preciosos, antes que eles próprios descobrissem e explorassem esses rios e tesouros, concluíram do relato dos indígenas”. Além disso, “não há, por assim dizer, rio por ele [Vasconcelos] descrito, cujo prévio conhecimento nas origens, curso e demais particularidades, não atribua aos índios” (Cortesão, I, 1966, p. 57/58).

Valorizando as informações dos autóctones a respeito do sertão brasileiro, Simão de Vasconcelos, cujo estilo em mais de uma ocasião Jaime Cortesão ver-

gasta, considera o Amazonas e o Prata “duas chaves que fecham a terra do Brasil” ou “dois gigantes que a defendem e demarcam entre nós e Castela” (Vasconcelos, 1865, p. XXXVIII). Quer dizer, “na pena do célebre cronista já a lenda se funde com a realidade: os limites da Ilha-Brasil deixam de obedecer à insularidade, oscilando e dilatando-se para oeste”. (Cortesão, I, 1966, p. 58/59) Segundo a perspectiva de Cortesão ficava assim “completado o conceito orgânico e ideal do Brasil insular. E ninguém melhor que o jesuíta Simão de Vasconcelos, quer pelos seus conhecimentos geográficos, quer pelo seu pendor imaginativo, poderia levar às últimas consequências a parte preconcebida e fantasiosa da Ilha-Brasil. Ao escrever aquelas palavras, por volta de 1656, ele formulava a teoria geográfica da soberania portuguesa na América do Sul, que, alguns anos volvidos, havia de levar a metrópole à fundação da Colónia do Sacramento e à reivindicação do Prata como limite meridional do Estado”. (Cortesão, I, 1966, p. 59)

Demais, Cortesão ora inclui “entre as fontes para a história da grande bandeira de Raposo Tavares a obra do Pe. Simão” (Cortesão, II, 1966, p. 151), ora com ênfase, tão acre quanto crítico, afirma: “embora não seja forçoso que o conhecimento revelado pelo Pe. Simão de Vasconcelos represente o resultado de explorações da bandeira de Raposo Tavares, inclinamo-nos para essa hipótese”. (Cortesão, II, 1966, p. 190)

Se bem que não desmereça o importante contributo dos inacianos na construção do Brasil, bem pelo contrário, Jaime Cortesão peca também por antipatia em relação aos jesuítas e acusa Vasconcelos de interpretar ressentimentos dos padres da Companhia, de ocultar, já o sabemos, fontes indígenas e bandeirantes usadas por ulteriores exploradores portugueses a que teve acesso, de esquecer os feitos de Raposo Tavares, etc.

Como resulta do conhecimento das polémicas travadas pelo Pe. Simão acerca do relacionamento com os índios, Cortesão anda longe da verdade e julga-o um simples defensor da prática prevalecente dos aldeamentos, facto que não acontece, como já aludimos neste texto, independentemente da obediência às políticas da Companhia, peculiares dos seus padres.

Por fim, vem a lume notar que a reedição por Serafim Leite da *Crónica da Companhia de Jesus* (Brasília 1977), com as *Notícias* a abrir, parece ter originado um acrescido interesse da historiografia mais recente por tal obra,⁴ lida numa óptica de história cultural, embricada no conhecimento crítico do saber de antropólogos e etnólogos, em ordem a construir, diz Laura de Melo e Souza, uma historiografia nova de genealogia brasílica (Raminelli, 1966, p. 11), o mesmo é dizer apostada em responder a uma reconstituição do passado de acordo com as específicas condições do Brasil em épocas recuadas e os parâmetros actuais de uma investigação cuidada.

⁴ No final do segundo milénio citam-no, entre outros, Romero de Magalhães, Ramada Curto, Raminelli, Giucci, Maestri, etc. O facto confere-lhe, portanto, um renascimento não esperado pelos seus detractores e justifica, para além das razões e citações que do texto agora redigido se evolum, a edição em português actual das *Notícias* e de *O Paraíso na América*, que antes de expurgado, concluía o respectivo texto na introdução (Livro I e II) da *Crónica da Companhia de Jesus*.

Bibliografia

- Dauril Alden, *The Making of an Enterprise – The Society of Jesus in Portugal, Its Empire, and Beyond (1540-1750)*, Stanford 1996.
- Carlos Bastos (coord.), *Nova Monografia do Porto*, Porto 1938.
- Sampaio Bruno, *Portuenses Ilustres*, Porto 1907.
- Anna Maria Fausto Monteiro de Carvalho, *O Real Colégio de Jesus da Baía e as quatro igrejas do Salvador: um estudo de sua especialidade*, Baía 2000.
- *Três Momentos da Arquitectura dos Jesuítas no Brasil – Igrejas dos Reais Colégios da Baía, Rio de Janeiro e Pernambuco*, in *Portugal Brasil, Brasil Portugal – Duas Faces de uma Realidade Artística*, Lisboa 2000.
- Manuel Pinheiro Chagas, *O Padre Simão de Vasconcelos S.J.*, in *Panorama I*, Lisboa 1867.
- Hernâni Cidade, *A Literatura Portuguesa e a Expansão Ultramarina*, Coimbra 1964.
- *A Literatura Autonomista sobre os Filipes*, Lisboa.
- Zulmira Coelho, *Das Crônicas à Chronica um percurso institucional* (inédito em vias de publicação).
- Jaime Cortesão, *Introdução à história das bandeiras*, 2 vols. Lisboa 1964.
- *Raposo Tavares e a Formação Territorial do Brasil*, 2 vols. Lisboa 1966.
- Jean Delumeau, *Mil anos de Felicidade. Uma História do Paraíso*, Lisboa 1997.
- Fidelino de Figueiredo, *História da Literatura Clássica (2ª época)*, Lisboa 1942
- Guillermo Giucci, *Sem Fé, Lei ou Rei. Brasil 1500-1531*, Rio de Janeiro 1993.
- Sérgio Buarque Holanda, *A Visão do Paraíso. Os Motivos Edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil*, São Paulo 1992.
- Serafim Leite, *Breve História da Companhia de Jesus no Brasil (1549-1760)*, Braga 1993.
- *História da Companhia de Jesus no Brasil*, 10 vols., Lisboa/Rio de Janeiro 1938-1950.
- *Novas Páginas da História do Brasil*, Lisboa 1943.
- Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, tomo III, Coimbra 1966.
- Joaquim Romero Magalhães, *As descrições escritas e a identidade do Brasil: Séculos XVI-XVIII*, São Paulo 2000.
- Mário Maestri, *Os Senhores do Litoral. Conquista Portuguesa e Agonia Tupinambá no Litoral Brasileiro (Século XVI)*, Rio Grande do Sul 1994.
- Domingos Maurício, *Simão de Vasconcelos in Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. XVIII, Lisboa 1976.
- *Balço Cultural dos Jesuítas no Brasil (1549-1760)*, Coimbra 1955.
- Michel Montaigne, *Les Essais*, Paris 2001.
- Ronald Raminelli, *Imagens da Colonização – A Representação do Índio de Caminha a Vieira*, Rio de Janeiro 1966.
- Francisco Rodrigues, *História da Companhia de Jesus na assistência em Portugal*, Porto 1931/1950.
- José Honório Rodrigues, *História da História no Brasil*, 1ª parte, *Historiografia Colonial*, São Paulo 1979.
- Silvio Romero, *História da Literatura Brasileira*, vol. I, Rio de Janeiro 1943.
- Joaquim Veríssimo Serrão, *A Historiografia Portuguesa*, vol. II, Lisboa 1973.
- Innocencio Francisco da Silva, *Diccionario Bibliografico Portuguez*, tomo VII, Lisboa 1862.
- «Advertência Preliminar» à *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil...* pelo Padre Simão de Vasconcelos, 2ª ed., Lisboa 1865.

Maria Beatriz Nizza da Silva, *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*, Lisboa 1994.

Francisco Adolfo Varnhagen, , *História geral do Brasil*, São Paulo 1978.

Simão Vasconcelos, *Vida do Padre João de Almeida, da Companhia de Jesu, na provincia do Brasil*, Lisboa 1658.

- *Continuação das maravilhas que Deos he servido obrar no Estado do Brasil, por intervenção do... veneravel Padre João de Almeida da Companhia de Jesu*, Lisboa 1662.
- *Sermão que Pregou na Bahia em o Primeiro de Janeiro de 1659 na Festa do Nome de Jesu*, Lisboa 1663
- *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil*, Lisboa 1663.
- *Noticias Curiosas e Necessarias das Cousas do Brasil*, Lisboa 1668.
- *Vida do veneravel Padre Jose de Anchieta, da Companhia de Jesu, thaumaturgo do Novo Mundo, na provincia do Brasil*, Lisboa 1672.
- *Crônica da Companhia de Jesus* (Introdução de Serafim Leite), 2 vols., Brasília 1977.

